

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 10.

1 Ao longo dos últimos anos, a ação atuante e  
 esclarecedora da odontologia brasileira foi a grande  
 responsável pela drástica mudança na saúde bucal de nossa  
 4 sociedade. Já é rotina nos consultórios brasileiros a visita de  
 pacientes que nunca tiveram cáries. O esclarecimento da  
 população com relação aos cuidados com os dentes tem, em  
 7 muitos casos, tornado o dentista um profissional mais de  
 acompanhamento, profilaxia e estética bucal que um  
 aplicador de ação curativa.

10 O histórico de sucesso da odontologia brasileira nos  
 faz pensar que os dentistas podem contribuir muito para  
 ajudar a população brasileira em aspectos ainda carentes da  
 13 saúde, como o diagnóstico de lesões bucais e o  
 acompanhamento infantil e geriátrico da saúde pela boca. Os  
 avanços tecnológicos obtidos na área da óptica e da  
 16 biofotônica constituem um valioso instrumental para a  
 modernização da odontologia brasileira. A incorporação  
 de novas tecnologias aos instrumentos de trabalho do  
 19 cirurgião-dentista o deixaria devidamente preparado para  
 assumir novas ações.

O slogan “Odontologia além dos dentes” é o mote de  
 22 uma força-tarefa promovida pelos cursos de odontologia dos  
*campi* da Universidade de São Paulo, cujo objetivo é  
 modernizar a carreira em diversas frentes, oferecendo ao  
 25 profissional um treinamento mais amplo, que crie condições  
 para que ele possa realizar, em outros aspectos da saúde,  
 aquilo que já realizou com relação aos dentes da população  
 28 brasileira. Os trabalhos na área da óptica e da biofotônica  
 abrem caminho para a atuação do profissional dentista em  
 várias frentes de trabalho, como no controle microbiológico  
 31 bucal, no diagnóstico bucal completo, no tratamento de  
 pequenas lesões na boca, no acompanhamento do  
 desenvolvimento infanto-juvenil, no acompanhamento  
 34 adulto-geriátrico e em terapias da dor relacionada com  
 problemas bucofaciais.

Internet: <[www.revistapesquisa.fapesp.br](http://www.revistapesquisa.fapesp.br)> (com adaptações).

Em relação aos sentidos e aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Da leitura do texto, conclui-se que é imprescindível ao profissional dentista que pretenda permanecer na carreira especializar-se na área da óptica e da biofotônica.
- 2 O primeiro período do texto poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência textual, da seguinte forma: **A ação atuante e esclarecedora da odontologia foi, ao longo dos últimos anos, a grande responsável pela mudança radical na saúde bucal da sociedade brasileira.**
- 3 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserida uma vírgula após o vocábulo “brasileiros” (linha 4), de modo a isolar termo adverbial antecedido.
- 4 As palavras “consultório”, “área” e “várias” são acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 5 O vocábulo “como” (linha 13) introduz, no período, uma expressão de valor comparativo.
- 6 A forma verbal “tem” (linha 6) está flexionada na terceira pessoa do singular, em concordância com o núcleo do sujeito da oração, o termo “esclarecimento” (linha 5); estivesse o sujeito no plural, a forma verbal deveria ser grafada da seguinte forma: **têm**.
- 7 Estaria garantida a correção gramatical do texto se, na linha 19, a forma pronominal “o” fosse deslocada para depois da forma verbal “deixaria” – **deixaria-o** –, visto que não há elemento impositivo de próclise na oração.
- 8 A substituição da forma verbal “deixaria” (linha 19) por **deixará** não só manteria a correção gramatical do período como garantiria maior valor de verdade à proposição.
- 9 Na linha 23, o pronome “cujo” poderia ser corretamente substituído por **na qual o**, visto que a forma pronominal retoma por coesão “Universidade de São Paulo”, termo que indica lugar.
- 10 O trecho “abrem caminho para a atuação do profissional dentista em várias frentes de trabalho” (linhas 29 e 30) poderia ser reescrito correta e coerentemente da seguinte forma: **tornam acessíveis à atuação do profissional dentista várias frentes de trabalho.**

**Texto para os itens de 11 a 18.**

1 Estima-se que mais de sessenta mil pessoas morram  
 2 anualmente de causas relacionadas a desastres naturais, a  
 3 maioria delas nos países em desenvolvimento, e esse número  
 4 esteja longe de representar o impacto indireto das mudanças  
 5 climáticas sobre a saúde das populações. Muitas das maiores  
 6 causas globais de morte são altamente sensíveis às condições  
 7 climáticas. Malária, diarreia e má nutrição matam milhões de  
 8 pessoas a cada ano, principalmente crianças. Sem ações  
 9 efetivas que reduzam as atividades humanas que interferem  
 10 no clima e busquem formas de adaptação às mudanças  
 11 climáticas, as pressões dessas condições serão cada vez  
 12 maiores e seu controle mais difícil e caro.

13 Nesse cenário, destaca-se a importância de se  
 14 fortalecerem os sistemas públicos de saúde e de ter em  
 15 mente que a prevenção é tão importante quanto a cura. A  
 16 redução dos impactos das atividades humanas no clima  
 17 global requer mudanças comportamentais de indivíduos e  
 18 comunidades, mas, principalmente, a adoção de políticas  
 19 governamentais voltadas, por exemplo, para o uso de energia  
 20 limpa e para a implantação de sistemas de transportes  
 21 sustentáveis. A redução do impacto das mudanças climáticas  
 22 visa essencialmente à preservação da saúde das populações  
 e do planeta.

Internet: <[www.ensp.fiocruz.br](http://www.ensp.fiocruz.br)> (com adaptações).

No que diz respeito ao texto, julgue os itens de **11 a 18**.

- 11 Nesse texto, cuja tipologia é dissertativa, defende-se a ideia de um processo reeducativo das sociedades humanas para a reversão dos impactos negativos das mudanças climáticas como forma de preservação da saúde das populações e do planeta.
- 12 Depreende-se da leitura do texto que, se for levado em consideração o impacto indireto das mudanças climáticas sobre a saúde da população mundial, o número de pessoas que morrem anualmente de causas relacionadas a desastres naturais aumentará consideravelmente.
- 13 O emprego da forma verbal “morram” (linha 1), no modo subjuntivo, justifica-se pela ideia de estimativa expressa no período, ou seja, de cálculo apenas aproximado do número de pessoas que morrem anualmente de causas relacionadas a desastres naturais.
- 14 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “Estima-se” (linha 1) estivesse flexionada na terceira pessoa do plural, visto que, no caso em questão, é opcional a concordância com o termo “pessoas”.
- 15 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segundo período do texto fosse assim reescrito: **Entre as maiores causas globais de morte, muitas estão largamente associadas às condições climáticas.**

- 16 No trecho “importância de se fortalecerem” (linhas 13 e 14), a partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- 17 Estaria mantida a coerência textual caso a conjunção “mas” (linha 18) fosse substituída por e.
- 18 Na linha 22, o acento grave, indicativo de crase, em “à preservação”, justifica-se pela regência do termo adverbial “essencialmente” e pela presença de artigo definindo o substantivo “preservação”.

Julgue os próximos itens, em que são apresentados trechos de correspondências oficiais, no que se refere à adequação da linguagem e à correção gramatical.

- 19 Solicito que Sua Senhoria encaminhes a esse setor, com a máxima urgência, os materiais odontológicos que requeri no memorando n.º 067, datado de 30 de março do corrente ano.
- 20 Encaminhando, anexa, para o conhecimento de V. S.<sup>a</sup>, cópia do relatório dos trabalhos desenvolvidos na oficina Elaboração de Projetos para Ações Institucionais, realizada na sede do Conselho Federal de Odontologia, em Brasília-DF, nos dias 4, 5 e 6 de abril de 2017.

**Texto para os itens de 21 a 25.**

O número de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima cresceu 22.122% nos últimos três anos segundo dados divulgados pela Polícia Federal (PF) no estado. Só no ano de 2016, mais de 2.000 venezuelanos foram à sede da PF, em Boa Vista, para pedir a condição de refugiado.

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima e assuntos correlatos como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 21 A intensificação das migrações da Venezuela para o território brasileiro tem estreita relação com a crise econômica que atinge aquele país, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo.
- 22 O governo de Nicolás Maduro implantou recentemente medidas de caráter democrático que, embora tenham agradado à maioria da população e da comunidade internacional, sofreram oposição de uma pequena minoria interna.
- 23 Além de Roraima, outros estados brasileiros limítrofes com a Venezuela, como o Amazonas e o Amapá, têm sofrido o impacto da entrada massiva de venezuelanos, que não precisam de visto ou passaporte para cruzar a fronteira.
- 24 O governo roraimense tem envidado esforços no sentido de prover condições mínimas de sobrevivência para os milhares de venezuelanos que vivem no estado, em grande parte subempregados.
- 25 A condição de “refugiado”, que muitos venezuelanos almejam, apenas será concedida pelo Brasil aos que comprovarem a condição de perseguidos políticos.

**Texto para os itens de 26 a 30.**

Neste 1.º de maio de 2017, os sindicatos franceses não conseguiram repetir a união sindical que promoveram em 2002 para evitar que Jean-Marie Le Pen, então candidato classificado para o segundo turno da eleição presidencial contra o conservador Jacques Chirac, chegasse à presidência. Nesta segunda-feira, marcharam divididos sobre as intenções de voto para bloquear Marine Le Pen, que enfrentará nas urnas, no dia 7 de maio, Emmanuel Macron.

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

Acerca do processo eleitoral francês, julgue os próximos itens.

- 26** O primeiro turno das eleições mostrou um país dividido, em que vários candidatos disputaram, voto a voto, até o último momento, o direito de estar no segundo turno.
- 27** Marine Le Pen sucedeu o pai na liderança da extrema esquerda francesa. A crise econômica que atinge a economia liberal da França e produz altos índices de desemprego a favoreceu nas eleições.
- 28** Emmanuel Macron, um dos novos líderes políticos franceses, representa o eleitorado de extrema direita assustado com a intensificação dos atentados terroristas e com o aumento da imigração.
- 29** Candidatos centristas, como Jean-Luc Mélenchon, tiveram poucos votos no primeiro turno, o que demonstra a extrema polarização da sociedade francesa atual.
- 30** Denúncias de que *hackers* russos teriam interferido nos resultados das eleições, prejudicando candidatos da extrema direita, o que foi negado pela Rússia, agitaram a campanha francesa para o segundo turno.

Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que diz respeito ao programa de navegação Google Chrome e aos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de **31** a **34**.

- 31** Em um mesmo dispositivo, é possível compartilhar o Chrome com outras pessoas, de modo que cada uma possua suas próprias configurações.
- 32** Diferentemente dos outros navegadores, o Google Chrome não possui o recurso de navegação anônima.
- 33** Não revelar informações confidenciais para outra pessoa, via telefone, sem confirmar sua legitimidade é uma das formas de evitar a engenharia social.

- 34** Um dos procedimentos adotados pelas organizações em relação à segurança da informação refere-se ao monitoramento das áreas sensíveis que podem ser exploradas pelos invasores, como, por exemplo, o monitoramento do uso das redes sociais usadas pelos funcionários, meio que pode permitir o vazamento de informações.

**Figura para os itens 35 e 36.**

	Q	R	S	T	U
3	3	1	2		
4	4	1	2		
5	5	1	2		
6	6	1	2		

Com relação ao programa Microsoft Excel 2013 e à figura acima, julgue os seguintes itens.

- 35** Ao clicar o botão  $\Sigma$ , a célula selecionada receberá a soma dos valores contidos nas células pertencentes à sua coluna, e não à sua linha, ou seja, receberá o valor 6 ao invés do valor 7.
- 36** Ao clicar o botão , a célula selecionada receberá a quantidade de células com valores preenchidos, ou seja, receberá o valor 11.

Quanto ao sistema operacional Windows 8 e aos aplicativos e procedimentos de Internet, julgue os itens subsequentes.

- 37** O Windows 8 traz um recurso denominado de Notas Autoadesivas, que torna possível ao usuário adicionar lembretes relativos às suas tarefas diárias na área de trabalho. Para ter acesso a esse recurso, o usuário deverá fazer a busca por “notas” no Menu Iniciar e selecionar a opção correspondente.
- 38** Ao ser instalado, o Windows 8 cria um repositório com diversos tipos de *drivers* dos mais variados dispositivos, por isso, após sua instalação, não é permitido atualizar esses *drivers*, seja de modo manual ou automático, uma vez que esse procedimento poderá provocar inconsistências no sistema operacional.
- 39** A Internet é a maior rede de computadores existente na atualidade, sendo destinada, exclusivamente, a estabelecer a conexão entre computadores denominados de servidores e clientes.
- 40** Para que o usuário teste a conexão com a Internet, é suficiente abrir o Prompt de Comando do Windows 8, digitar o comando ping e pressionar a tecla .

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética no serviço público e do Decreto n.º 1.171/1994, julgue os itens seguintes.

- 41 A atuação da comissão de ética deve ser provocada privativamente pela autoridade competente de cada órgão.
- 42 Considere-se que Pedro trabalhe como vigilante em uma empresa privada prestadora desse tipo de serviço que tenha sido contratada pelo Poder Público. Nesse caso, Pedro, por não ocupar cargo público, não estará sujeito ao Código de ética profissional do servidor público.
- 43 De acordo com a teoria de Maquiavel, os fins justificam os meios. No entanto, a moralidade da Administração Pública não deve ser limitada à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. A moralidade do ato administrativo deve ser fruto do equilíbrio entre legalidade e finalidade.
- 44 A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura o direito de greve do servidor público, no entanto é dever do servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- 45 A vida privada do servidor não tem importância para o serviço público, pois o Código de ética do servidor público está voltado apenas para os atos praticados no exercício do cargo.

A respeito da Lei n.º 4.324/1964, que instituiu o Conselho Federal e os conselhos regionais de odontologia, julgue os itens a seguir.

- 46 O presidente do Conselho Federal de Odontologia (CFO) será eleito por meio de escrutínio secreto e maioria absoluta de votos dos delegados dos conselhos regionais em assembleia-geral.
- 47 A renda do CFO será constituída, entre outras fontes, por  $\frac{1}{3}$  das anuidades e das multas aplicadas pelos conselhos regionais de odontologia.

Com relação ao Decreto n.º 68.704/1971, julgue os itens subsequentes.

- 48 Suponha-se que Maria seja membro de conselho regional de odontologia e tenha sido eleita para integrar o CFO. Nesse caso, Maria poderá acumular os dois mandatos, pois são meramente honoríficos.
- 49 Considere-se que um cirurgião-dentista tenha praticado uma única infração disciplinar, que não foi considerada como de gravidade manifesta pelo conselho regional no exercício da profissão de cirurgião-dentista. Nesse caso, ele não será punido com a penalidade de cassação de exercício profissional, devendo ser punido com advertência confidencial em aviso reservado.

À luz da Lei n.º 5.081/1966, julgue os itens subsecutivos.

- 50 O exercício da odontologia em todo o território nacional, por ser atividade regulada por lei federal, não exige registro na repartição sanitária estadual.
- 51 Suponha-se que Antônio possua formação em três especialidades na área da odontologia. Nesse caso, será vedado a Antônio o exercício de mais de duas dessas especialidades.

No que se refere à Lei n.º 12.527/2011, que trata do acesso a informações, julgue os próximos itens.

- 52 O presidente do Conselho Nacional de Odontologia tem poderes para classificar o sigilo de informações como de grau reservado, secreto e ultrassecreto.
- 53 Suponha-se que João seja empregado de uma empresa que preste serviços a uma autarquia e tenha sido acusado de divulgar ou permitir a divulgação de informação sigilosa ou pessoal. Nesse caso, responderá diretamente pelo dano causado a terceiros a empresa privada prestadora de serviços.

Quanto à Resolução CFO n.º 63/2005 (Consolidação das normas para procedimentos nos conselhos odontológicos), julgue os itens que se seguem.

- 54 Suponha-se que João seja doutor em odontologia e professor de uma universidade pública onde leciona essa matéria. Nesse caso, diante dessa atividade exclusiva de João, ele não estará obrigado a se registrar e se inscrever no Conselho Nacional de Odontologia.
- 55 Técnicos em prótese dentária são obrigados, sob pena de instauração de processo ético, a colocar o número de suas inscrições no conselho regional de odontologia nas notas fiscais de seus serviços.
- 56 O curso especial de técnico em saúde bucal deverá ter, pelo menos, 1.200 horas, incluindo-se a parte especial com matérias profissionalizantes e o estágio e exigindo-se, ainda, a prévia conclusão do ensino médio.
- 57 O aluno que pretenda exercer a atividade de estagiário de odontologia precisará estar cursando, pelo menos, o quinto ano letivo do curso de odontologia.

No diz respeito à Resolução CFO n.º 63/2005 (Consolidação das normas para procedimentos nos conselhos odontológicos), julgue os seguintes itens.

- 58 A inscrição secundária do profissional em outro conselho regional o dispensará do pagamento de nova anualidade.
- 59 A portaria é o ato por meio do qual a presidência do conselho dispõe sobre matéria de sua competência.
- 60 Considere-se que Lúcia pretenda se inscrever em um congresso sobre odontologia a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, Lúcia deverá provar que possui inscrição no conselho regional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Acerca da Constituição Federal de 1988 (CF) e de sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens seguintes.

- 61** A norma constitucional que assegura a liberdade de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações que a lei estabelecer pode ser definida como norma de eficácia contida. Dessa forma, conforme entendimento do STF, é constitucional lei que, mesmo não havendo potencial lesivo na atividade, como a de músico, por exemplo, exige a prévia inscrição em Conselho de Fiscalização Profissional.
- 62** A CF assegura o amplo acesso aos cargos públicos, bem como a livre manifestação do pensamento, motivo pelo qual o STF entendeu que não pode restringir ou vedar o acesso de pessoas que possuam qualquer tipo de tatuagens a cargo público.
- 63** A jurisprudência do STF orientou-se no sentido de que a inscrição de pessoas jurídicas de direito público, inclusive autarquias, em cadastro de inadimplentes organizados e mantidos pela União não pode impedir o recebimento de verbas federais quando houver risco que possa comprometer a continuidade ou execução de políticas públicas ou a prestação de serviços públicos essenciais à coletividade.
- 64** O princípio da moralidade impede a nomeação de parentes até o 3.º grau para cargos públicos. No entanto, o STF entende que essa vedação não se aplica aos cargos políticos, como secretário de estado ou ministros, por exemplo.
- 65** O presidente da República somente ficará suspenso das suas funções após a instauração do processo de *impeachment* pelo Senado Federal, que terá o prazo de 180 dias para concluir o julgamento, sob pena de imediata cessação do afastamento, sem prejuízo da continuidade do processo.
- 66** Para o STF, o Poder Legislativo poderá emendar projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, desde que não ocorra aumento de despesa, não havendo necessidade de que haja estreita pertinência das emendas com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo.
- 67** Qualquer pessoa é parte legítima para representar ilegalidades perante o Conselho Nacional de Justiça, o qual poderá atuar mesmo se não exaurida a instância administrativa ordinária.
- 68** De acordo com o STF, é inconstitucional lei estadual que assegure aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, mesmo que advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, o assessoramento jurídico ou a consultoria jurídica dos estados, pois a CF assegura que essas atividades são privativas de procuradores de Estado.
- 69** Compete ao STF julgar os mandados de segurança, as ações populares e os *habeas corpus* ajuizados em face do presidente da República.
- 70** Suponha-se que João, procurador da República, seja convidado a ocupar cargo em comissão de procurador-chefe de uma determinada autarquia. Nesse caso, João poderá ocupar esse cargo, desde que afastado temporariamente do Ministério Público.

No que se refere a agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 71** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não admite a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que autorizada na esfera criminal diante do princípio da independência das instâncias.
- 72** Suponha-se que Pedro tenha tomado posse em seu primeiro cargo público em 5 de março de 2010. Em 6 de março de 2012, tomou posse em seu segundo cargo efetivo, requerendo vacância do primeiro. No entanto, Pedro foi reprovado no estágio probatório deste último cargo. Nessa hipótese, Pedro não preencherá os requisitos para ser reconduzido ao cargo público efetivo anterior.

---

A respeito da responsabilidade civil do Estado e da organização da Administração Pública, julgue os itens que se seguem.

- 73** De acordo com o STF, em caso de inobservância do seu dever específico de assegurar aos presos o respeito à sua integridade física, o Estado será responsável pela morte do detento.
- 74** O Conselho Federal de Odontologia (CFO), mesmo sendo considerado como autarquia federal, não possui o direito à isenção do preparo conferida aos demais entes públicos.

---

Com relação ao processo administrativo em geral, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue os próximos itens.

- 75** O processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999 não admite a chamada fundamentação aliunde ou *per relationem*.
- 76** Considere-se que João, servidor público federal, tenha optado pela redução da carga horária de trabalho de quarenta horas para trinta horas semanais, com a consequente redução salarial. No entanto, por erro da Administração, João continuou a receber, por mais de cinco anos, como se cumprisse regime de quarenta horas semanais, sem comunicar tal fato à Administração. Nesse caso, não há que se falar em decadência.

---

No que diz respeito ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), previsto na Lei n.º 12.462/2011, julgue os itens subsequentes.

- 77** É permitida, no âmbito do RDC, a contratação de mais de uma empresa para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.
- 78** É admitido o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, como arbitragem e mediação, para dirimir conflitos decorrentes dos contratos sujeitos ao RDC.

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 79** Acerca da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, uma vez reconhecida a inadequação da ação, o juiz, em qualquer fase do processo, extingui-lo-á, sem julgamento do mérito.
- 80** De acordo com a CF, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente os contratos administrativos que possam ter alguma irregularidade.

A respeito do processo do trabalho e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue os itens que se seguem.

- 81** Ao identificar que o instrumento de mandato do reclamado é inválido, o juiz trabalhista deverá decretar, desde logo, a revelia.
- 82** Suponha-se que a empresa reclamada tenha sido condenada, na sentença por litigância de má-fé, ao pagamento de multa. Nesse caso, é pressuposto objetivo para interposição do recurso o recolhimento do valor da multa.
- 83** O Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público em matéria de direito patrimonial quando atuar apenas como *custos legis* na remessa de ofício.
- 84** Caberá reexame necessário em mandado de segurança quando o prejudicado pela ordem for pessoa jurídica de direito privado se a matéria decidida for de natureza administrativa.
- 85** Na fase de execução, será cabível o incidente de desconsideração da personalidade jurídica de iniciativa da parte, do Ministério Público ou do próprio juiz trabalhista. Nessa hipótese, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar esse incidente, caberá agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

Com relação à seguridade e previdência social, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** Suponha-se que Maria seja servidora pública ocupante exclusivamente de cargo em comissão e receba salário mensal de R\$ 8.000,00. Nesse caso, sua contribuição obrigatória para a seguridade social será de 11% sobre esses R\$ 8.000,00.
- 87** Considere-se que Pedro seja brasileiro e trabalhe na embaixada de um país estrangeiro em Brasília. Nesse caso, Pedro será segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- 88** A carência é o período mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. No entanto, alguns benefícios, como, por exemplo, o auxílio-acidente não dependem de carência.
- 89** Suponha-se que Antônio receba auxílio-acidente há cinco anos, juntamente com seu salário mensal, e vá se aposentar. Nesse caso, Antônio poderá acumular seu benefício de auxílio-acidente com sua aposentadoria.

- 90** Considere-se que Maria seja servidora pública ocupante de cargo efetivo, possua regime próprio de previdência social e pretenda contar como tempo de serviço o período em que trabalhou como empregada em uma empresa privada antes de ser servidora. Nesse caso, essa contagem de tempo será possível, sendo que o RGPS deverá indenizar o regime próprio de Maria.

Julgue os itens subsecutivos com base em conhecimentos relativos ao direito civil.

- 91** De acordo com o Código Civil, toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, começando a personalidade com a concepção do feto.
- 92** A lei brasileira admite o transplante de órgãos do corpo humano quando não importar em diminuição permanente da integridade física e não contrariar os bons costumes. Nessas situações, é aceitável a disposição do próprio corpo.
- 93** O desvio de finalidade e a confusão patrimonial caracterizam abuso da personalidade jurídica e podem ensejar que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigação sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- 94** Com relação aos negócios jurídicos, sua validade requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma não defesa em lei. Assim, caso o negócio tenha sido celebrado com cláusula de não valer sem instrumento público, após o Código Civil de 2002, trata-se de cláusula sem eficácia jurídica.
- 95** O STJ entende que a utilização, por pessoa jurídica, do chamado score de crédito para avaliar o risco será considerada como válida apenas se houver consentimento do consumidor, sob pena de violação dos princípios do direito do consumidor.
- 96** A doutrina e a jurisprudência apontam duas teorias quanto à desconsideração da personalidade jurídica. Como regra, adota-se a teoria maior, segundo o Código Civil. A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no direito do consumidor e no direito ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- 97** Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, que se extingue pela prescrição e cujos prazos podem ser livremente alterados por acordo expresso entre as partes.
- 98** Apesar das disposições legais sobre a impenhorabilidade do bem de família, o STJ enunciou que é válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- 99** O Estatuto do idoso prevê pena de multa, com possibilidade de aplicação em dobro em caso de reincidência, ao profissional de saúde ou responsável por estabelecimento de saúde que deixe de comunicar às autoridades competentes os casos de crime contra idoso de que tiver conhecimento.
- 100** Com relação ao inadimplemento contratual, o devedor responderá pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente não tenha por eles se responsabilizado.

Com base em conhecimentos relativos a direito processual civil e à legislação correlata, julgue os próximos itens.

- 101** O novo Código de Processo Civil (CPC) prevê a denúncia da lide pelo réu, mas não pelo autor. Feita a denúncia pelo réu, forma-se litisconsórcio entre denunciante e denunciado.
- 102** Para a concessão da tutela de urgência, é requisito legal não mais a verossimilhança, mas a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Para a concessão, pode o juiz exigir justificação prévia.
- 103** Suponha-se que Josivaldo tenha ajuizado ação de indenização por danos materiais contra determinada pessoa jurídica e o juiz tenha verificado, pela petição inicial e por meio de documentos juntados, que a prescrição já havia ocorrido. Nessa situação, é correto afirmar que o juiz não deverá julgar liminarmente improcedente o pedido, pois a nova sistemática do CPC exige o contraditório prévio, de forma que a conduta correta seria citar o réu para, somente depois, pronunciar a prescrição.
- 104** A regra é a intimação do devedor para cumprir a sentença. Todavia, caso tenha sido revel na fase de conhecimento, dispensa-se a sua intimação, bastando-se a notificação da Defensoria como curadora especial.
- 105** A prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessada pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos é direito personalíssimo, que cessa com a morte do beneficiado.
- 106** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, de acordo com o CPC.
- 107** Diversamente do que ocorre no processo penal, no processo civil, a falta de intimação do Ministério Público para acompanhar feito em que deva intervir não gera nulidade, mas mera irregularidade.
- 108** As ações destinadas a levar a efeito as sanções de improbidade administrativa são imprescritíveis.
- 109** Nas ações de despejo relativas a contrato de locação de imóveis urbanos, é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- 110** De acordo com o entendimento do STF, a ação popular não poderá ser sucedânea dos instrumentos de controle concentrado de constitucionalidade e não competirá àquele Tribunal processar e julgar, originariamente, ação popular ajuizada contra o presidente da República.

No que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, contra a fé pública e relativos à licitação, julgue os itens subsequentes.

- 111** Considere-se que o funcionário público Roberto, por indulgência, tenha deixado de responsabilizar subordinado seu que cometeu infração no exercício do cargo. Ainda assim, a infração foi descoberta e seu subordinado punido. Nessa situação, é correto afirmar que Roberto poderá ser responsabilizado por infração administrativa, mas não por prática de crime.
- 112** Nos casos de crimes relativos à licitação, em havendo sanção de multa cominada, o produto da arrecadação reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, distrital, estadual ou municipal.
- 113** O profissional declarado inidôneo para concorrer em licitação, se vier a licitar ou contratar com a Administração, incidirá na mesma pena que o servidor que o admitir à licitação.
- 114** Segundo o entendimento consolidado do STJ, é aplicável o princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, desde que o valor ou a quantidade de cédulas apreendidas seja inferior ao salário mínimo.
- 115** Suponha-se que Pedro tenha atribuído falsa identidade perante a autoridade policial, em situação de autodefesa, para evitar que fosse preso. Nessa situação, é correto afirmar que Pedro tenha praticado crime de falsa identidade.

Acerca do Código de ética odontológica e do Código de processo ético odontológico, julgue os itens seguintes.

- 116** Constitui infração ética negar ao paciente ou periciado o acesso a seu prontuário, bem como deixar de fornecer explicações necessárias à sua compreensão, mesmo quando ocasionem risco ao próprio paciente ou a terceiros.
- 117** As disposições do Código de ética odontológica e as normas dos conselhos de odontologia aplicam-se a todos aqueles que exerçam a odontologia, ainda que de forma indireta, como as clínicas e os planos de assistência à saúde.
- 118** É vedado aos técnicos em prótese dentária, técnicos em saúde bucal, auxiliares de prótese dentária e laboratórios de prótese dentária fazerem anúncios, propagandas ou publicidade.
- 119** Quando o conselho regional aplicar a penalidade de cassação do exercício profissional, caberá recurso de ofício, com efeito suspensivo, assegurado o direito de as partes interessadas aduzirem razões em abuso de suas teses.
- 120** A penalidade de censura e suspensão do exercício profissional por até trinta dias prescreve em dois anos, ao passo que a penalidade de cassação do exercício profissional prescreve em cinco anos.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **120 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na respectiva folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto definitivo não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora nesse espaço acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. O espaço para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O ministro de Estado, com base em decreto de delegação, aplicou a penalidade de demissão ao servidor público de uma autarquia, ao fundamento de que ele tenha praticado ato de improbidade administrativa.

A conduta alegadamente ímproba foi praticada em 5 de março de 2007, mas a autoridade competente somente ficou sabendo do fato em 12 de janeiro de 2008, quando então determinou a abertura de sindicância investigativa.

A portaria que determinou a abertura do processo administrativo disciplinar foi publicada em 4 de janeiro de 2012 e a portaria de demissão foi publicada em 5 de fevereiro de 2016. O servidor ingressou com pedido de reconsideração, o qual foi respondido em 9 de maio de 2017, negando-se o pedido.

O servidor demitido impetrou mandado de segurança em 10 de maio 2017 no juízo competente, sendo que a autoridade competente já havia prestado as informações no prazo legal. A autarquia foi intimada em 11 de maio de 2017 para se manifestar.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, na condição de procurador, a peça necessária para a defesa da autarquia.

- 1 Ao elaborar a peça, aborde, necessariamente, de forma fundamentada, os seguintes aspectos formais:
  - a) a autoridade competente para julgar o referido mandado de segurança;
  - b) o termo final do prazo para sua apresentação, se for o caso; e
  - c) a decadência.
- 2 Além dos aspectos formais acima, impugne, necessariamente, de forma fundamentada, as seguintes alegações de mérito do impetrante:
  - a) a prescrição, pois entre a data do fato e a abertura do processo administrativo disciplinar transcorreram mais de cinco anos. Da mesma forma, entre a abertura da sindicância e a publicação da penalidade transcorreu prazo superior a cinco anos;
  - b) que a portaria de abertura do processo administrativo disciplinar (PAD) não conteve a descrição pormenorizada dos fatos apontados ao servidor, o que teria violado o princípio da ampla defesa e do devido processo legal;
  - c) que um dos membros da comissão de PAD não possuía estabilidade no serviço público;
  - d) que o ministro de Estado não tem poder de demitir servidor público, o que somente pode ser feito pelo presidente da República; e
  - e) que não é possível a demissão por ato de improbidade administrativa sem que tenha havido a prévia condenação do servidor por meio de ação civil pública de improbidade.